

LEITURA DO MUNDO E LEITURA DA PALAVRA EM PAULO FREIRE

READING OF THE WORLD AND READING OF THE WORD IN PAULO FREIRE

Mara Mone Ferreira Soares Furim **1**

Adriano Castorino **2**

Rosane Duarte Rosa Seluchinesk **3**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a leitura, segundo a perspectiva Freiriana. O educador Paulo Freire assevera a importância da leitura do mundo na educação, o qual valoriza a cultura popular e aprofunda os conhecimentos na prática permanente da libertação. A proposta pedagógica de Freire compreende o método democrático e crítico da leitura do mundo e da palavra, pois o contexto que o indivíduo está inserido é diferente da escolarização. Preocupou-se em trabalhar com textos, temas, palavras e letras a partir da realidade do aluno. Desse modo, o método criado por ele, é fundamentado em uma concepção humanizadora e libertadora, esta prática foi desenvolvida em Círculos de Cultura através da conscientização e diálogo. Enfim, as contribuições de Freire para a educação não podem limitar-se apenas a alfabetização de jovens e adultos, mas ser aplicada a qualquer modalidade de ensino pela eficácia do método que é uma ação reflexiva.

Palavras-chave: Paulo Freire. Leitura. Palavra.

Abstract: This article aims to reflect on reading, according to the Freirian perspective. Educator Paulo Freire affirms the importance of reading the world in education, which values popular culture and deepens knowledge in the permanent practice of liberation. Freire's pedagogical proposal understands the democratic and critical method of reading the world and the word, since the context that the individual is inserted is different from the schooling. He worried about working with texts, themes, words and letters from the student's reality. In this way, the method he created is based on a humanizing and liberating conception, this practice was developed in Circles of Culture through awareness and dialogue. Finally, Freire's contributions to education cannot be limited only to the literacy of young people and adults, but to be applied to any type of teaching by the effectiveness of the method that is a reflexive action.

Keywords: Paulo Freire. Reading. Word.

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Alta Floresta (FADAF), conclusão em 2013, Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), conclusão em 2004. Acadêmica do curso de segunda licenciatura em Sociologia pela Uniassevi. E-mail: mara.mone@hotmail.com **1**

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Goiás (2004), mestrado em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (2011) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2014). E-mail: adrianoastorino@mail.uft.edu.br **2**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso, Mestre em Educação pela UFPR, Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo CDS-UNB e Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso. E-mail: rosane.rosa@unemat.br **3**

Introdução

Partindo do pressuposto da importância do hábito de ler, já se pode afirmar que a consciência crítica tem na leitura sua mais fecunda possibilidade. A leitura deve fazer parte da vida das pessoas, sendo apresentada de uma forma ampla, que vá além da leitura do código escrito, sobretudo aprender ler o mundo e compreender o significado das coisas.

Paulo Freire afirma que a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989), com isto, quer dizer que apoio na realidade vivida é a base para qualquer construção de conhecimento. Mediante a esta afirmação houve uma motivação para realizar uma pesquisa bibliográfica, sobre o tema leitura do mundo e leitura da palavra em Paulo Freire.

Portanto, o presente trabalho será estruturado em três tópicos. O primeiro abordará a trajetória de Paulo Freire em três momentos de sua vida: o tempo de Recife, o tempo de Exílio e o tempo de São Paulo; o segundo versará sobre a proposta pedagógica em Paulo Freire; e, por fim, o último tópico que irá exibir a leitura no processo escolar e a leitura do mundo no processo de alfabetização de jovens e adultos.

A Trajetória de Paulo Freire, um Homem que Nasceu no Meio Popular e Viveu Pela Causa das Pessoas nos Meios Populares

Paulo Reglus Freire, Filho de Joaquim Temístocles Freire e Edeltrudes Neves Freire, nasceu no dia 19 de setembro de 1921 em Recife Pernambuco, teve uma infância marcada por dificuldades financeiras, contudo havia muita harmonia entre a família. Ele cresceu sem ódio, sem lamuriar, “sem deixar que o menino-empobrecido prevalecesse sobre o menino-que-se-fazia-feliz” (FREIRE, 2017).

Desde muito cedo se interessou por leituras. Começou a aprender a leitura da palavra com seus pais, com palavras da sua realidade. A sala de aula era o quintal da casa, o chão era mesa, cadeira e folha, e os gravetos das mangueiras, o lápis, [...] “aprendi a ler minhas primeiras palavras, escrevendo-as no chão, com gravetos, à sombra das mangueiras” (FREIRE, 1989).

Começou a estudar em escola aos 06 anos, já alfabetizado. Foi na escola primária que passou pelo período mais duro de fome, daquelas que atrapalham o aprendizado “como aprender, porém, se a única geografia possível era a geografia de minha fome?” (FREIRE, 2017). Sua primeira professora foi Eunice Vasconcelos.

Aos 10 anos foi morar em Jaboatão dos Guararapes que fica 18 km de Recife, foi difícil para toda família deixar a casa da Estrada do Encanamento, em abril de 1932:

Aos dez anos de idade, em abril de 1932, a família de Paulo foi morar nas vizinhanças da capital pernambucana, no Morro da Saúde, na Rua Virgílio Lamemha Lins, 70, em Jaboatão, uma cidadezinha a 18 quilômetros de Recife [...] Com a perda da casa que era propriedade de sua avó, a família de Paulo decidiu, após várias e diferentes tentativas de driblar as dificuldades financeiras, mudar de residência. Saíram do Recife e foram morar em Jaboatão, buscando a “salvação para a pobreza” da família numa cidade muito mais pobre do que o Recife. (FREIRE, 2017, p. 52)

Uma época marcante foi à morte de seu pai em 1934 “lá, aos treze anos de idade, ele experimentou a dor da perda de seu pai, e pouco tempo depois a de Dadá empregada da família” (FREIRE, 2017). Em Jaboatão concluiu o curso primário. Na época, não havia como prosseguir sua formação escolar, a não ser no Recife. Foi uma verdadeira batalha para ele conseguir estudar, pois sua mãe não tinha dinheiro para pagar uma escola. Depois de muitas negociações, ele conseguiu uma bolsa no Colégio Oswaldo Cruz, lá completou os estudos secundários, iniciado no Colégio 14 de julho.

No Colégio Oswaldo Cruz, iniciou a carreira de professor de português. Substituiu José Pessoa da Silva, em razão deste ir de mudança para o Rio de Janeiro. Desse período, relembra:

Em 1941, já demonstrando uma capacidade imensa de aprender, de respeitar os outros e de criar coisas novas com desembaraço e tranquilidade, Paulo foi promovido de seu primeiro emprego dentro do COC, como chamávamos o Colégio Oswaldo Cruz, de “auxiliar de disciplina” que fora por dois anos, para o de “professor de língua portuguesa”, tendo aí lecionado até 1947. (FREIRE, 2017, p.67).

Nessa época, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, esta era a única na área de Ciências Humanas naquele período, por isso optou por ela “na Faculdade de Direito, fortaleceu a formação humanística iniciada no Colégio Oswaldo Cruz” (FREIRE, 2017). Antes de terminar a Faculdade, casou-se com Elza Maria Costa de Oliveira, professora primária, que exercia um papel fundamental na vida e na construção das ideias e das práticas de Paulo Freire. Com Elza, teve cinco filhos: suas três Marias como gostava de dizer (Maria Madalena, Maria Cristina e Maria de Fátima), Joaquim e Lutgardes.

Em 1947, ainda como professor de português no Colégio Oswaldo Cruz, tomou conhecimento, através de Paulo Rangel Moreira, da Instituição do SESI pela confederação Nacional das Indústrias. O SESI representaria muito mais do que um emprego, pois junto ao desafio e a aprendizagem, foi a oportunidade decisiva para a definição de sua história profissional como Educador e Filósofo da Educação. “Aprendi, na minha passagem pelo SESI, para nunca mais esquecer, a como lidar com a tensa relação entre a prática e teoria” (FREIRE, 2017).

O magistério na Escola de Belas Artes, da Universidade do Recife, em que lecionava História e Filosofia da Educação, foram as referências regulares de trabalho que provocaram sua criatividade e alimentaram a construção de seu pensamento. Neste sentido, importa explicitar que:

Foi, sem dúvida alguma, nessa Escola que Paulo – nomeado em 1952, cuja nomeação foi referendada em 1955, professor catedrático interino de História e Filosofia da Educação – aprofundou sua *leitura de mundo* crítica e foi criando melhores condições de fazer-se o educador ético-político e crítico-libertador que foi. [...] Paulo preocupava-se, então, em ler cada dia mais e avidamente autores dos mais progressistas aos mais conservadores, nacionais e estrangeiros, para ir formando suas próprias ideias, sua epistemologia, ou como gostava de dizer, “uma compreensão crítica da educação”. (FREIRE, 2017, p. 87)

O advento dos anos 60 deparou com todo o delineamento de um pensamento político pedagógico dialógico e libertador, condizente a atitudes indicativas da autonomia e do intercâmbio dos saberes entre o aprendiz e o educador. O Movimento de Cultura Popular (MCP), o Serviço de Extensão Cultural (SEC), da Universidade do Recife, a experiência de Angicos e o Programa Nacional de Alfabetização, do MEC, foram, os campos de exercício da criatividade e das práticas pedagógicas de Paulo Freire, sempre objetos de novas reflexões.

A utilização da teoria Freiriana em Angicos e no Programa Nacional de Alfabetização, do MEC, contribuiu, sem dúvida, para a prisão de Paulo Freire e seu posterior exílio, quando foi instaurada a ditadura militar. Com o início da ditadura militar, em 1964, foi preso, acusado de atividades subversivas, permaneceu 70 dias detido. O fato de ser posto em liberdade não lhe oferecia o mínimo de segurança de poder retornar seu trabalho de educador, sem a constante ameaça de voltar a ser preso. O Programa Nacional de Alfabetização foi extinto. Por duas vezes tinha sido forçado a viajar do Recife ao Rio de Janeiro para responder a inquérito policial militar, Freire resistia sair do Brasil.

Tempo de Exílio

Partiu, então, para seu tempo de exílio: de setembro de 1964 a junho de 1980. Desse modo:

Em última instância, Paulo foi obrigado a ir para o exílio porque apresentou uma proposta educativo-ético-antropológica

desafiadora, segundo a qual o/a analfabeto/a lendo a palavra lesse o mundo. Isto é, expôs à nossa sociedade um caminho político-educacional que, pela conscientização, possibilita aos/às analfabetos/as alcançar a sua autonomia, a sua libertação, possibilita-lhes resgatar a sua humanidade roubada. Ele, que tanto amava seu país e sua gente, foi privado de estar nele. Estar nele com o seu povo (FREIRE, 2017, p. 182).

Tinha 43 anos de idade quando saiu do Brasil, retornando 16 anos depois. “Paulo teve sua prisão preventiva decretada em 29/9/1964 e partiu para o exílio em outubro de 1964 (...) prosseguiu sua primeira viagem para fora do Brasil rumo a Bolívia” (FREIRE, 2017). Depois de ficar aproximadamente setenta dias na Bolívia, seguiu para segunda parte do exílio. Adentrou no Chile, o encontro e a aproximação com intelectuais brasileiros também exilados, o fez sentir um certo clima de Brasil. Foi neste país que escreveu a sua principal obra: *Pedagogia do Oprimido*, mas decidiu não publicar. Desenvolveu, durante cinco anos, trabalhos em programas de educação de adultos, então:

Nesse momento, Paulo considerou que já tinha dado ao Chile o máximo possível de suas contribuições, pois, na verdade, contribuiu com novas e importantes diretrizes para a educação chilena, sobretudo sobre a de adultos, e que assim tinha chegado a hora de partir. Na época recebeu, coincidentemente, alguns convites. Um deles era para ir lecionar nos Estados Unidos, na Universidade de Harvard, e foi essa a opção de Paulo [...]. Com a “Carta de viagem” chilena e um “visa” do Consulado americano do Chile, Paulo partiu para a sua terceira fase de exílio: os Estados Unidos da América (FREIRE, 2017, p. 189).

Em 1969, trabalhou como Professor na Universidade de Harvard. “Além das aulas na Universidade de Harvard, viajou nesse período por várias partes dos Estados Unidos” (FREIRE, 2017). Ao encerrar o contrato com esta Universidade foi trabalhar no Conselho Mundial das Igrejas. “Convicto de que o Conselho Mundial das Igrejas lhe daria as possibilidades de “estudar e aprender” o mundo, mudou-se com Elza e quatro filhos para Genebra, cidade que abrigava a sede desse órgão” (FREIRE, 2017). Nesse país, morou de 1970 até 1980. A partir de Genebra, este Educador projetou-se na história da educação no século XX como cidadão do mundo. Amadureceu afetiva e intelectualmente, a partir dos desafios vivenciados em diferentes culturas.

Tempo de São Paulo

Já em junho de 1979, obtivera seu primeiro passaporte brasileiro. Passou o mês de agosto no Brasil, mas, somente no ano seguinte voltaria para ficar.

[...] abrindo mão dos direitos concedidos pelo governo suíço para lá residir e poder viajar pelo mundo com credenciais que lhe davam garantias pessoais e os privilégios que lhe oferecia o Conselho Mundial das Igrejas, para integrar-se e entregar-se definitivamente ao seu país e ao seu povo (FREIRE, 2017, p. 233).

Com o retorno ao Brasil decidiu morar em São Paulo, devido as melhores condições de trabalho e à liberdade de ação que não encontraria em Recife.

Assim, São Paulo lhe abriu as portas como se ele fosse um

filho seu que voltasse, pela possibilidade aberta pela Lei de Anistia, mas sobretudo pelo espírito democrático da reitora Nadir Kfoury da PUC-SP, não só pelo de seu grã – chanceler Dom Paulo. Naquele momento, estava sendo impossível o retorno de Paulo a Recife, pois lá não contaria com a proteção desse valente e ousado sacerdote que, desde 1969 com a perseguição e prisão dos padres dominicanos, e sobretudo com o covarde assassinato do jornalista Vladimir Herzog nos porões da ditadura, vinha enfrentando as forças do poder militar. (FREIRE, 2017, p. 235)

Freire é autor de muitas obras, foi reconhecido mundialmente pelas suas práxis educativas através de numerosas homenagens. Além de ter seu nome adotado por muitas instituições, é cidadão honorário de várias cidades no Brasil e no Exterior. Foi-lhe outorgado o título de Doutor Honoris causa pelos seus trabalhos na área educacional. Faleceu no dia 02 de maio de 1997, em São Paulo, vítima de infarto, aos 75 anos de idade.

Fundamentos da Proposta Pedagógica em Paulo Freire

Consagrado em todo o mundo, contribuiu com a prática e teoria da educação popular. Ensinamento a qual pretende integrar a leitura da palavra à leitura do mundo, pois essa precede aquela. Lê-se a palavra e se aprende a escrever como consequência de quem tem a experiência do mundo e de estar em contato com este e em condições de mudá-lo.

Dando ênfase na alfabetização de jovens e adultos, o Método de Alfabetização Paulo Freire é ainda um grande referencial nos dias de hoje. “O processo de alfabetização de adultos, visto de um ponto de vista libertador é um ato de conhecimento, um ato criador, em que os alfabetizando exercem o papel de sujeitos cognoscentes, tanto quanto os educadores”. (FREIRE, 1981)

Nesta perspectiva se destaca a valorização e o trabalho com os “círculos de cultura” no qual surgem as palavras e temas geradores conforme o meio natural e cultural. As palavras geradoras são retiradas de um contexto histórico narrativo em que os educadores e educandos discutem as suas realidades de vida. Esses “círculos de cultura” oferecem a oportunidade de debate, de problematização, de conscientização. O professor, nesse processo, é um animador, problematizador, articulador, líder, evitando toda forma de autoritarismo, promovendo a interlocução e o diálogo.

No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em “reciprocidade de consciências”; não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo (FREIRE, 1987, p. 6).

Por outro lado, realizar a memorização mecânica do conteúdo, demonstra uma prática em que o aluno somente recebe o conhecimento. “Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”. (FREIRE, 1987) Ao fazer a crítica a esse tipo de “educação bancária” que consiste em considerar o aluno uma “tábula rasa” um recipiente do saber, um ser passivo nos moldes tradicionais, em que o papel do educador é apenas transferir conhecimentos ele cria uma nova proposta pedagógica.

Este método de alfabetização deveria partir da realidade do educando, nesse processo surgem os temas geradores extraídos da problematização da prática de vida. “É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação”. (FREIRE, 1987) O importante não é transmitir conteúdo específicos, mas despertar uma nova forma de aprender com a experiência vivida.

A transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto so-

Por outro lado, realizar a memorização mecânica do conteúdo, demonstra uma prática em que o aluno somente recebe o conhecimento. “Destá maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante”. (FREIRE, 1987) Ao fazer a crítica a esse tipo de “educação bancária” que consiste em considerar o aluno uma “tábula rasa” um recipiente do saber, um ser passivo nos moldes tradicionais, em que o papel do educador é apenas transferir conhecimentos ele cria uma nova proposta pedagógica.

Este método de alfabetização deveria partir da realidade do educando, nesse processo surgem os temas geradores extraídos da problematização da prática de vida. “É na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação”. (FREIRE, 1987) O importante não é transmitir conteúdo específicos, mas despertar uma nova forma de aprender com a experiência vivida.

A transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto social do educando é considerada “invasão cultural” ou “depósito de informações” porque não surge do saber popular. Portanto, é preciso conhecer o aluno, conhecê-lo enquanto indivíduo inserido num contexto social de onde deverá sair o “conteúdo” a ser trabalhado.

Na concepção de Paulo Freire não existe educação neutra. A educação é vista como construção e reconstrução contínua de significados de uma dada realidade que prevê a ação do homem sobre essa realidade:

Assim, ele partiu do cotidiano, do dito, do feito, e do entendido no mundo diário dos oprimidos/as em relação dialética com o do opressor/a – e nele fixou suas bases para ele tirar sentido, criar raízes necessárias no concreto para daí superar crenças e os mitos de grande número de pessoas que precisavam se beneficiar de sua compreensão da educação essencialmente política, ética e humana. Criou raízes não para fixar doutrinas e impor prescrições ideológicas, mas, ao contrário, para, delas partindo, levar mulheres e homens a conscientizarem-se, alfabetizarem-se e terem a possibilidade de transformar o mundo decodificando o mundo cotidiano codificado (FREIRE, 2017, p. 285).

A visão ingênua que homens e mulheres têm dos fatos faz deles escravos, na medida em que não sabendo que podem transformá-la, sujeitam-se a ela. Essa descrença na possibilidade de intervir na realidade em que vivem é alimentada pelas cartilhas e manuais escolares que colocam homens e mulheres como observadores e não como sujeitos dessa realidade.

Segundo Freire (1987), a educação promove a ampliação da visão de mundo, quando a relação educador-educando é mediatizada pelo diálogo. Não no monólogo daquele que, se acha saber mais, deposita o conhecimento como algo quantificável, mensurável naquele que pensa saber menos ou nada saber, portanto a relação pedagógica necessita ser uma relação dialógica.

O educador deve construir o conhecimento com seus alunos acerca de um projeto político da sociedade. Ou seja, educação é o único meio de revelar as relações opressivas

vividas pelos homens, para que eles transformem o mundo. O homem e a mulher são seres exclusivos capazes de aprender com alegria e esperança na convicção de que a mudança é possível. Estas premissas se fundamentam na ideia de que educar é como viver, pois, exige a consciência do inacabado porque a “História em que me faço com os outros [...] é um tempo de possibilidade e não de determinação”. (FREIRE, 1996) A sua pedagogia é fundamentada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando.

A teoria Freiriana procura superar a dicotomia entre teoria e prática, pois durante o processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, percebe-se como sujeito da história. Constantemente, salienta, que educar não é mera transferência de conhecimento, em que se “deposita” no outro suas próprias crenças e valores, impedindo-os de chegar a uma reflexão crítica da própria realidade, mas sim uma educação que fosse instrumento de transformações sociais, que levasse a pessoa à conscientização:

Existe uma reflexão da homem face à realidade. O homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos. Assume a postura de um sujeito cognoscente de um objeto cognoscível. Isto é próprio de todos os homens e não privilégio de alguns (por isso a consciência reflexiva deve ser estimulada, conseguir que o educando reflita sobre sua própria realidade). Porque quando o homem compreende sua realidade pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (FREIRE, 1979, p.16).

Ele vê a educação como forma de libertação e conscientização. Ainda, a dignidade e a identidade do educando devem ser respeitadas, o educador também tem que aprender escutar seu educando: "Escutar [...], significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro". (FREIRE, 1996).

O ensino exige do docente comprometimento existencial, do qual nasce autêntica solidariedade entre educador e educando. Ensinar, por essência é uma forma de intervenção no mundo, uma tomada de posição, é o rompimento com o passado e o presente. Para este autor a tarefa de todo ser humano é ser mais, é se humanizar, é se tornar senhor de si, autônomo, consciente, sujeito da história. Portanto, é através do diálogo que se restabelece o direito de ser humano pronunciar o mundo transformá-lo e se humanizar.

A pedagogia de Paulo Freire não pode ser percebida somente como crítica à educação bancária, tradicional e autoritária, e sim como práxis que comporta uma ética pedagógica política e epistemológica democrática:

O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. [...] É neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerente exigida por seres que, inacabados assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos (FREIRE, 1996, p. 25).

Nesta filosofia educacional pode se observar dois aspectos fundamentais: o diálogo e a conscientização. O diálogo consiste na integração dos indivíduos de forma coerente harmoniosa: "*Ninguém educa ninguém. Ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo*". (FREIRE, 1987). É a valorização do conhecimento do educando.

Nesse sentido, a alfabetização é suporte para reflexão, que desperta interesse de adquirir conhecimento, já que o ensinamento é voltado para vida prática. Pois, conscientizar o cidadão é a razão de ser e estar na sociedade, é um dos objetivos de Paulo Freire, então, propunha uma educação que fosse instrumento de transformações sociais que levasse a pessoa à verdadeira noção dos acontecimentos. E conseqüentemente, contribuir na solução dos problemas a partir do combate as causas que lhe dão origem, entre elas: a fome, a falta de emprego, de moradia, de trabalho, ou seja, a desigualdade social e a falta de oportunidade. Deste modo, o processo educativo nunca seria politicamente neutro, mas sim uma ação cultural que resultaria numa relação de liberdade entre os seres humanos.

A Leitura no Processo Escolar

A leitura é uma das formas privilegiadas da formação humana. Apesar das técnicas mais midiáticas de uso da leitura na comunicação, a leitura do livro ou em livro continua a ter um lugar próprio e insubstituível na formação das pessoas.

Segundo Bamberger (2002), todos que leem, leem para atender a uma necessidade pessoal, saber as notícias do dia, que novidade a revista traz, qual é a receita do prato, como montar equipamento, quais as regras de um jogo, obter novos conhecimentos. A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do texto a partir do que está buscando nele e do conhecimento que já possui a respeito do assunto. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade pessoal. Sem o domínio da habilidade da leitura, o indivíduo permanece marginalizado, no acesso aos bens culturais que lhes assegurem a inclusão social, a dignidade e a auto realização.

Na escola, a leitura é antes de tudo um objeto de ensino. Para se constituir em aprendizagem é necessário que tenha sentido do ponto de vista do aluno, o que significa, cumprir uma função para a realização do propósito que ele conhece e valoriza. Assim, a leitura, como objeto de ensino, não se deve afastar demais da prática social e dos diversos usos que ela tem na vida social:

Não se lê criticamente como se fazê-lo fosse a mesma coisa que comprar mercadoria por atacado. Ler vinte livros, trinta livros. A leitura verdadeira me compromete de imediato com o texto que a mim se dá e a que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito. Ao ler não me acho no puro encaixe da inteligência do texto como se fosse ela produção apenas de seu autor ou de sua autora. Esta forma viciada de ler não tem nada que ver, por isso mesmo, com o pensar certo e com o ensinar certo (FREIRE, 1996, p. 14).

A dificuldade na produção escrita, a falta de um vocabulário mais adequado, colocar no papel argumento referente a qualquer fato, são obstáculos que as pessoas têm justamente por falta do hábito da leitura. A leitura deve fazer parte da vida das pessoas, precisa ser ensinada de uma forma ampliada, que vá além do código escrito. Ler para compreender os textos, participar criticamente da dinâmica do mundo da escrita e posicionar-se frente à realidade – esta é a finalidade básica que se estabelece para as práticas de leitura na escola. A escola precisa trabalhar a leitura num conceito mais abrangente, não se restringir a bons livros, mas agregar outros bons textos.

Deve-se ressaltar que a leitura não está apenas nos livros, está no mundo. As ruas estão repletas de leitura. “Certamente aprendemos a ler a partir do nosso contexto pessoal. E temos que valorizá-lo para poder ir além dele”. (MARTINS, 2003).

Um dos primeiros passos para a formação de leitores/as é considerar a leitura de mundo que o/a educando/a tem e perceber que as coisas têm um significado. Ao ler, nossa mente se conecta com diversas áreas da ciência, reconhece diversas palavras, significados, as ideias se expandem e abre várias possibilidades para um novo conhecimento.

Práticas de leitura escolar, não nascem do acaso e nem do autoritarismo ao nível de tarefa, mas sim de uma programação envolvente e devidamente planejada, que incorpore as necessidades, as inquietações e os desejos dos/as alunos/as leitores/as. Simplesmente “mandar” ler é bem diferente do que envolvê-los/as significativamente e democraticamente nas situações de leitura. Dessa forma, a postura pedagógica é voltada a um tipo de trabalho, através do qual os sujeitos leitores atingem o maior número possível de significações para os textos e por conseguinte maior compreensão da realidade.

Estudar seriamente um texto é estudar o estudo de quem, estudando, o escreveu. É perceber o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento. É buscar as relações entre o conteúdo em estudo e outras dimensões afins do conhecimento. Estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto. Desta maneira, não é possível a quem estuda, numa tal perspectiva, alienar-se ao texto, renunciando assim à sua atitude crítica em

face dele (FREIRE, 1981, p. 9).

Segundo Freire (1996), o professor deve escutar o que os alunos têm a dizer sobre os textos, conduzindo, sistematizando as ideias geradas, aprendendo outros significados que os leitores, em função de suas limitações, não conseguiram destacar. Neste processo de enriquecimento mútuo, a leitura deixa de ser a mera repetição ou reprodução de significados institucionalizados, passa-se a constituir em dinâmica viva, democrática e produtiva, levando à concretização de um ou mais circuitos de leitura em sala de aula e, talvez em toda comunidade escolar. Pois quanto mais oportunidades o educando tiver de ler e discutir, maior será seu potencial para realizar uma produção escrita e oral própria, assim ele não será um mero reprodutor das ideias dos outros.

Compreender que leitura e a escrita são práticas que se complementam, que permitem ao aluno construir conhecimento com o domínio da linguagem que o homem se comunica, acumula informações e produz seu conhecimento, portanto, é função da escola [...] “garantir a todos seus alunos acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania”[...] (PCN’s, 2001). Assim, cada indivíduo é capaz de ler, interpretar, redigir textos ou assumir as palavras em diferentes situações de sua vida, com prazer e motivação.

É importante que o professor saiba que existem muitas variações dialetais, e principalmente, deve conhecer muito a respeito de linguagem e estar ciente de como se dá o processo de aquisição linguística. “A linguagem existe porque se uniu um pensamento a uma forma de expressão, um significado a um significante” (CAGLIARI, 1997).

De outro modo, também é necessário que os educandos deixem de ser unicamente “falante” de uma língua para tornarem-se leitores e escritores. Pois, sabem que a aprendizagem da leitura e da escrita faz desenvolver formas particulares de interagir, de se expressar assumir crítica e criativamente função de sujeito de sua linguagem, seja falando ou escrevendo, lendo ou interpretando.

A linguagem se forma de acordo com o meio em que vive as pessoas, adquire-se assim, um dialeto específico daquela região, cabe às pessoas buscarem sempre melhorar a sua linguagem de acordo com o meio em que vivem. Porém, cabe ao professor acompanhar a aprendizagem dos alunos incentivar e reforçar a importância do uso da linguagem e de suas variações dialetais, levá-los a compreender que a língua é regida por regras, que existe um idioma oficial, pois, deve-se observar a diferença entre a linguagem culta e popular. “Todo falante nativo usa sua língua conforme as regras próprias de seu dialeto, espelho da comunidade linguística a que está ligado” (CAGLIARI, 1997).

O meio social influencia bastante o desenvolvimento da linguagem, pois são todos falantes nativos da língua portuguesa, pode-se não saber escrever algumas palavras, mas isso não quer dizer que não sabe falar a dialeto original. Os idiomas têm suas variações e cada comunidade tem sua variedade linguística a qual devem ser respeitadas, falar de modo diferente não pode ser considerado um erro.

A leitura não deve ser compreendida somente como alfabetização, como um ler corretamente, mas também como leitura que permite a interpretação, a compreensão. Como se sabe, a leitura é um processo de contínuo aprendizado, assim desde cedo, é preciso formar um leitor que tenha envolvimento integral com aquilo que se lê.

Os professores precisam ter em mente que os leitores devem ser conduzidos à constatação, reflexão e transformação dos significados, ou seja, ele não se apresenta mais como “dono” das definições, das interpretações do texto, mas cria situações que permite ao leitor averiguar determinado sentido, refletir coletivamente sobre os assuntos atribuídos.

Paulo Freire (1989) diz que existe uma relação mútua entre a leitura do mundo e a leitura da palavra, entre a linguagem e o contexto. Por acreditar que essa relação é indiscutível, somente consegue atribuir importância e relevância às práticas de leitura escolar quando o leitor é elevado à condição de sujeito, trabalhar ativamente com seus pares na busca de compreensão de diferentes aspectos da realidade através dos textos.

Para um trabalho efetivo de leitura faz-se necessário que o educador leia e trabalhe com certa frequência diversos tipos de textos, como, por exemplo, revistas, contos, livros, jornais,

poemas, propagandas, logotipos conhecidos pelos alunos, canções, parlendas, rótulos de produtos, correspondências, avisos e outros.

Textos informativos e atuais também são importantes para ensinar aos alunos, pois além de deixá-los informados dos fatos que acontecem na sociedade, podem também aprender a utilizar a língua oficial. Não se pode esquecer dos textos literários, que trabalham com símbolos, sentimentos, emoções, permite assim, a socialização de suas vivências, amplia a visão do homem e do mundo que o rodeia.

A leitura dos textos deve ser precedida de atividades que motivem os alunos a levantar questões a respeito das temáticas que fazem parte de seus interesses, devem ser relevantes às aprendizagens, para que desta forma possa provocar debates, buscar novos conhecimentos com o objetivo de enriquecer suas vivências, valores e atitudes.

A aprendizagem da leitura é fundamental no processo de aquisição de conhecimento, tanto na escola como fora dela. No mundo em que vivemos, a leitura é indispensável “a leitura é grande auxiliar da reflexão, da meditação, do voltar-se para dentro de si” (CAGLIARI, 1997).

Leitura do mundo e leitura da palavra no processo de alfabetização de Jovens e Adultos

A leitura é condição primordial para participar, interagir e relacionar dentro da sociedade a que pertence, uma vez que, leitura não é somente decifrar os signos. Paulo Freire nos ensina que antes de lermos as palavras, já somos capazes de ler o mundo. “Propôs ler a palavra e o mundo cotidiano, disse não ao não cotidiano, isto é, ao metafísico alienado e alienante” (FREIRE, 2017).

O fato é que antes de ter contato de maneira sistematizada com o contexto, antes de ir para a escola, já existe interação com representações do meio em que se vive. O chão, o papel, o tecido, as pessoas, e mais modernamente, as mídias eletrônicas, como o computador, são os portadores das mensagens que essas representações comunicam. Então, antes da escolarização, não só lemos o mundo, como escreve-se, ainda que não com a utilização do código valorizado na escola.

O conceito de leitura com visão mais ampla deve ser considerado como fator que intervém no processo de outras formas de representação da mensagem impressa. Freire (1989) ao relatar sobre a biblioteca popular e a relação com a alfabetização de adultos desenvolvidas na República de São Tomé e Príncipe. Destaca entre muitos outros, o problema notório da leitura e da escrita porque no entender dele não é apenas uma questão de saber ler e escrever, mas sim da necessidade de uma leitura crítica que não é ensinada na escola.

Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Adernais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político. Paulo Freire reafirma a necessidade de que educadores e educandos se posicionem criticamente ao vivenciarem a educação, superando as posturas ingênuas ou “astutas”, negando de vez a pretensa neutralidade da educação (FREIRE, 1989, p. 7).

É essencial valorizar a cultura popular em que o alfabetizando está inserido, partir desta cultura, procurar e aprofundar seus conhecimentos, para que participe do processo permanente da sua libertação. “A biblioteca popular como centro cultural e não um depósito silencioso de livros, é vista como um fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação com contexto” (FREIRE, 1989).

Nesse sentido, a atuação da biblioteca popular, tem algo a ver com uma política cultural, pois incentiva a compreensão crítica do que é a palavra escrita, a linguagem, as suas relações com o contexto, para que o povo participe ativamente das mudanças constantes da sociedade.

A alfabetização de adultos implica esforços no sentido de uma correta compreensão do que

é a palavra escrita, a linguagem, a relação com o contexto de quem fala, de quem lê e escreve, compreensão, portanto da relação entre “leitura do mundo e da palavra”.

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra (FREIRE, 1989, p.19).

A Educação de Jovens e Adultos é um campo de práticas e reflexões que decisivamente transborda os limites da escolarização. Porque compreende processos formativos diversos, em que possam ser incluídos iniciativas que visa a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e inúmeras questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar.

Nesse caso, é interessante fazer uma retrospectiva histórica da educação de jovens e adultos em nosso país. No Brasil, a educação de adultos se constitui como tema de política educacional, sobretudo a partir dos anos 40.

A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores como pouco duradoura constituição de 1934, mas é na década seguinte que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola. Essa tendência se expressou em várias ações e programas governamentais, nos anos 40 e 50.

A partir de 1950, com a campanha de Educação de Adultos, iniciaram-se as atividades rurais, conhecidas como “missões rurais”. Aconteceram outras campanhas nesta década, mas é com a Campanha Nacional de Educação Rural (1952) que as chamadas “missões rurais” ganharam força.

Nos anos 60, com o método Paulo Freire de alfabetização, houve expressivas e numerosas manifestações em prol da Educação de Jovens e Adultos, mas com a entrada do regime militar em 1964, a educação de jovens e adultos praticamente parou e ressurgiu com força por volta de 1970, com a implantação do movimento brasileiro de alfabetização mais conhecido como MOBREAL.

O Mobreal instalou comissões municipais por todo o país, responsável pela execução das atividades, controlava rígida e centralizada a orientação, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos. Sendo concebido como ação que se extinguiria depois de resolvido o problema do analfabetismo. Desacreditado nos meios políticos e educacionais, o Mobreal foi extinto em 1985.

Para tanto, um novo enquadramento legal já estava disponível: a Lei Federal nº 5692/71, que consagrara a extensão da educação básica obrigatória de 04 para 08 anos – constitui o denominado ensino de primeiro grau. Um dos componentes mais significativos do atendimento educativo preconizado pela Lei nº 5692/71 é àqueles que não haviam realizado ou completado na idade própria a escolaridade obrigatória foi a flexibilidade prevista na lei. Ela se concretizou na possibilidade de organização do ensino em várias modalidades: cursos supletivos, centros de estudo e ensino à distância.

Nos cursos, frequentemente vigoram, a seriação, a presença obrigatória e a avaliação no processo; sua característica diferencial é a aceleração, pois o tempo estipulado a conclusão de um grau de ensino é, no mínimo, a metade do previsto para o sistema regular. A Lei Federal nº 5692/71 manteve os exames supletivos, como mecanismo de certificação. Os candidatos, aqueles preparados por meio do ensino a distância ou cursos livres ou ainda aqueles sem preparação específica que desejam atestar seus conhecimentos, se submetiam periodicamente – duas vezes ao ano como regra geral à exames finais organizados pelos estados, por disciplina e sem nenhuma exigência de matrícula ou frequência à sala de aula.

Com a Lei de Diretrizes e Bases – LDB a extensão da escolaridade obrigatória proposta na Lei nº 5692/71, representava um enorme desafio, já que colocava em condição de déficit educativo um enorme contingente da população adulta, da qual o ensino supletivo estaria a serviço. Entretanto, essa mesma legislação limitou a obrigatoriedade da oferta pública do ensino de primeiro grau

apenas a crianças e adolescentes na faixa de 07 a 14 anos. O direito, mais amplo, à educação básica, só seria estendido aos jovens e adultos na Constituição de 1988, como resultado do envolvimento no processo constituinte de diversos setores progressistas que se mobilizaram em prol da ampliação dos direitos sociais e das responsabilidades do estado no atendimento às necessidades dos grupos sociais mais pobres.

A nova LDB, promulgada em 1996, por sua vez, acrescenta as funções do ensino supletivos nos objetivos e formas de atendimento do ensino regular para crianças, adolescentes e jovens. Enquanto isso, manteve a ênfase nos exames e, ao rebaixar a idade mínima para o acesso a essa forma de certificação de 18 para 15 anos no ensino médio, sinalizou para as instâncias normativas estaduais a identificação cada vez maior entre o ensino supletivo e os mecanismos de aceleração do ensino regular, medida cada vez mais aplicada nos estados e municípios a correção do fluxo no sistema.

O paradigma da educação popular de inspiração Freiriana, que serviu como referência para os educadores interessados em qualificar o ensino supletivo e aproximá-lo das necessidades educativas de seus alunos, havia predominantemente tomado em consideração os educandos adultos sem escolarização, valorizar por parte dos educandos adultos, seu papel de sujeitos de aprendizagem, de produção de cultura e de transformação do mundo.

Na educação de jovens e adultos é fundamental considerar que todo indivíduo tem capacidade para a aprendizagem. O próprio indivíduo deve ser visto a partir de suas possibilidades, acertos, habilidades e competências. Olhar o sujeito desta forma, o educador levará ao aluno conhecimentos que tenham significado para os mesmos, que estão de acordo com seus interesses, com aquele conhecimento que ele construiu a partir da reflexão, ou seja, é a recomendação de que se deve partir da realidade do aluno.

Conhecer a realidade e a história do aluno é fundamental para uma prática educativa que respeita o educando como um ser humano em sua plenitude.

Assim, o educador de jovens e adultos precisa realizar um trabalho a partir de um método crítico que dê ao aluno, a orientação para criar por si, a sua consciência crítica. A metodologia de educação de adultos deve partir de elementos que compõem a sua realidade, seu mundo de trabalho, suas relações sociais, suas crenças e valores. O trabalho de alfabetização, na medida em que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como um respeitável instrumento de resgate de cidadania e que reforça o engajamento nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social, na busca de seus direitos e respeito aos seus deveres como cidadãos.

Acreditar que é capaz de um reconhecimento simples e utilizável da escrita, compreender e ler o mundo que o cerca. É a luta de Paulo Freire em sua vasta obra, pois um sujeito que constrói conhecimentos, é capaz de lutar pelos seus direitos e viver sua cidadania. Um educando que aprende pensar, que desenvolve a capacidade de transformar, de reinventar o processo, torna-se capaz de descobrir coisas sozinho, aberto e capacitado a pesquisa. Desse modo, o aluno constrói conhecimentos cada vez que estabelece relações entre o que aprende e o que já sabe. Portanto, os conteúdos devem ao mesmo tempo caracterizar novidade, contemplar o contexto e estar de acordo com interesses do educando.

É papel fundamental do educador fazer surgir em sala de aula os conflitos, desenvolver o espírito crítico, o desejo pela pesquisa, enfim, construindo uma educação que prepare o educando para a vida, para a competição que se instala cada vez mais na sociedade moderna. Também assumir a posição de investigador, de como o educando aprende, o que aprendeu, contribuir assim, para a continuidade da aprendizagem e não para a estagnação ou até mesmo redução do processo, pois a sala é o laboratório que abre caminhos para a melhoria da qualidade da aprendizagem.

A educação de jovens e adultos tem como objetivo a proposição de um trabalho que procura fugir da escola tradicional, que proporciona a liberdade de expressão, a flexibilidade de horários, oportuniza espaços para encontros, constitui um lugar de prazer e parte do princípio de que todos são iguais, mas que advém de realidade ou modo de vida diferente.

[...] um adulto pode ser um analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas se vive em um meio em que a leitura e a escrita tem presença forte, se interessa em

ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva [...] se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixadas em um lugar, esse analfabeto e de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolvendo-se em práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2002, p.33).

Este jovem e adultos deve se sentir engajado no processo, se for reconhecido e valorizado o seu próprio saber, o qual vai ser uma pessoa alegre, comunicativa, interessada e receptiva, aberta às temáticas e atividades que lhes forem propostas. Isso confirma, a ideia de que, independentemente da idade, a pessoa tem direito ao acesso à educação e condições de realizar aprendizagem, se reconhecer como sujeito histórico e capaz de ser responsável pelas suas ações, apto a fazer intervenções indo além da simples decodificação de símbolos, signos ou letras.

O educador Paulo Freire valoriza a relação da leitura com a realidade e condena o processo de alfabetização como mera decodificação de símbolos. Linguagem e realidade, para Freire, se encaixam para transformar a informação. A alfabetização de adultos se revela como um ato político, criador de conhecimento. O alfabetizador não é o agente que vai “encher” as cabeças vazias dos alunos. O alfabetizando é visto como sujeito da ação e de construção da escrita e da linguagem previamente conhecida. Assim, possibilita ao indivíduo uma maneira de construir o conhecimento pela leitura crítica da realidade e constituir um instrumento de ação contra a hegemonia, o qual permite a população uma maneira de exercer sua condição de cidadão.

Considerações Finais

Falar do pensamento e da prática de Paulo Freire seja enquanto intelectual, educador, ser humano, e tantos outros papéis assumidos por este homem, é discorrer da práxis político pedagógica e epistemológica democrática. Isto porque a sua obra e vida testemunham sempre a sua clara opção política contra qualquer tipo de autoritarismo, desrespeito, injustiça, desigualdade. A filosofia de Freire se posiciona a favor da liberdade, da justiça, da ética e da autonomia do ser humano, da escola, da sociedade. Paulo Freire percebe que a soberania popular não acontece de uma hora para outra. Ele entende que a democracia, a liberdade, a autonomia, é um processo, mas não um processo de cima para baixo, e sim uma conquista conjunta, coletiva, que exige respeito, diálogo e poder de decisão a todos que participam desta caminhada. Um processo que faz parte da própria humanização do ser humano, da sua vocação de ser mais.

A pedagogia de Freire, está relacionada ao contexto da opressão social, porque seu método dialógico, problematizador, não é apenas um método ou uma teoria pedagógica, mas a práxis que tem como objetivo libertar da opressão.

Paulo Freire criou uma proposta pedagógica que partisse do estudo da realidade do educando, nesse processo surgem os temas geradores extraídos da problematização da prática de vida do indivíduo. Os conteúdos de ensino são resultados de uma metodologia dialógica. O importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova relação com a experiência vivida. Também valoriza a relação da leitura com a realidade e censura o processo de alfabetização como decodificação de símbolos. A leitura do mundo é fundamental para compreensão da importância do ato de ler, de escrever, e transformá-los através de uma prática consciente.

Por fim, a alfabetização de adultos se revela como ato político criador de conhecimento, em que a leitura não deve ser memorizada mecanicamente, mas ser desafiadora, que nos ajude a pensar e analisar a realidade em que vivemos.

Referências

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. São Paulo: Ática, 2002. Caderno Pedagógico nº 22. Secretaria Municipal de Educação. Porto Alegre, Janeiro/2001. MOUP – Porto

Alegre (Construindo uma cultura de alfabetização).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua portuguesa, 3ª edição. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CAGLIARI, Luís Carlos. **Alfabetização e Linguística**. Scipione. São Paulo, 1997.

FREIRE, Ana Maria de Araújo. **Paulo Freire: uma história de vida**. – 2ª ed. Ver. Atualizada. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Educação e Comunicação).

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

_____. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. 12ª edição. Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia da Esperança um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2003. – (Coleção Primeiros Passos).

SOARES, Leônicio. **Educação de Jovens e Adultos**. DP&A, Rio de Janeiro, 2002.

Recebido em 25 de maio de 2019.

Aceito em 10 de junho de 2019.